

CARTA ABERTA À PRESIDÊNCIA DO TJRS E À DIREÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TJRS

O nosso Estado vive uma situação extrema de calamidade pública decorrente das enchentes dos últimos dias. Dentre as vítimas desse evento climático estão mais de um milhão de pessoas direta ou indiretamente atingidas por esse cenário sem precedentes.

Sabemos que este Tribunal de Justiça está mobilizando seus recursos para fazer frente a essa tragédia e prestar atendimento a magistrados, servidores e estagiários atingidos, muitos deles desalojados, vivenciando perdas materiais de grande monta e abalos psicológicos inestimáveis. O suporte oferecido pela instituição, neste momento difícil, é essencial. Temos visto frentes de trabalho organizadas para atender o referido público, que certamente farão diferença neste momento difícil para recomposição material e atenção à saúde mental.

Destaca-se, entretanto, que não se identificou a publicização de ações voltada aos colegas trabalhadores das empresas que prestam serviço terceirizado a este órgão. Estes colegas de trabalho, que se dedicam cotidianamente ao Poder Judiciário Gaúcho, estão entre os mais vulneráveis aos efeitos devastadores deste evento climático, sobretudo por sua condição socioeconômica mais precarizada. São inúmeros os relatos nos grupos de whatsapp de colegas terceirizados que estão em busca de auxílio material e psicológico, mas não um caminho para acessar apoio do TJRS pelo vínculo fragilizado que possuem com a instituição onde laboram. Também se sabe que os vínculos de trabalho mais precários resultam em maior dificuldade de organização coletiva dos trabalhadores, de modo que o suporte institucional do TJRS é de grande valia para que consigam acessar os recursos que precisam nesse momento.

São vítimas que perderam tudo, estão desalojados e não encontram disponíveis/acessíveis serviços públicos adequados, pois é sabido o colapso dos equipamentos sociais e de saúde em virtude da alta demanda e por muitos deles terem sido atingidos pela catástrofe, estando sem condições de funcionamento ou com sua capacidade de atendimento reduzida.

Diante desse cenário lamentável, compreende-se fundamental que os colegas terceirizados sejam igualmente contemplados nas frentes de atendimento organizadas por este Tribunal de Justiça. Sugere-se que esses colegas possam ser incluídos no levantamento que está sendo realizado pelo TJRS, através da iniciativa da DIGEP -

Gabinete de Crise, para que o formulário disponibilizado recentemente possa traduzir a real dimensão das necessidades de todos aqueles que prestam serviços ao Poder Judiciário no dia a dia dentro das Comarcas.

Por fim, estamos à disposição para compor equipes do gabinete de crise.

Respeitosamente,

Grupo de Assistentes Sociais Judiciários - GASJ

Grupo de Assistentes Sociais Judiciários do Sindjus - GTASS